

Portaria dá 60 dias para revisão no pré-sal

Por Daniel Rittner, Fábio Pupo e Edna Simão | De Brasília

O governo decidiu acelerar a revisão do contrato de cessão onerosa com a Petrobras, firmado em 2010, que garantiu à estatal o direito de explorar cinco bilhões de barris de óleo equivalente em seis blocos do pré-sal na Bacia de Santos. Uma portaria definindo prazo de 60 dias para as "bases técnicas" de um acordo deve ser publicada entre hoje e amanhã no "Diário Oficial da União".

A portaria já foi assinada pelos ministros Henrique Meirelles (Fazenda), Dyogo de Oliveira (Planejamento) e Fernando Coelho Filho (Minas e Energia). Ela cria um grupo interministerial, com a presença de representantes da Petrobras, para discutir quem deve a quem no processo.

A formação do grupo, antecipada ontem pelo Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, já era um fato bastante aguardado e

o mercado vinha até estranhando a demora do governo em colocá-lo para trabalhar. O que não se esperava era um prazo tão curto para a definição. Ou, como preferiu afirmar um assessor presidencial, a busca por "pontos de convergência" que possam facilitar um entendimento entre as duas partes.

Segundo essa autoridade, as posições "já são mais ou menos conhecidas" e não há motivo para demorar demais. No Palácio do Planalto, avalia-se que certamente terá dinheiro a receber.

Mas, como o Tesouro não tem condições de pagar, o que se cogita é pagar em barris de petróleo e leiloar o excedente que for dado à estatal em novos leilões do pré-sal. Com isso, cria-se uma fonte adicional de arrecadação bilionária. "Tem dinheiro de sobra para os dois receberem. Basta formatar direitinho. Vamos ver se dá tempo [de fazer] em 2018", comentou um interlocutor direto do presidente Michel Temer.

O grupo será formado pelos

secretários-executivos dos três ministérios, um técnico indicado por cada pasta e seus respectivos consultores jurídicos (que são representantes da Advocacia-Geral da União). Um dos integrantes praticamente certos na comissão é o engenheiro Márcio Félix Carvalho, secretário de Petróleo e Gás no Ministério de Minas e Energia, tido como um dos maiores especialistas do governo no assunto.

Do lado da Petrobras, haverá quatro membros: o diretor financeiro e de relacionamento com investidores, Ivan de Souza Monteiro, a diretora de exploração e produção, Solange da Silva Guedes, e dois representantes ligados às suas áreas respectivas.

Relatórios do mercado financeiro têm apontado que a Petrobras deve ser credora na revisão e o presidente da estatal, Pedro Parente, já disse que não assinará nenhum acordo com outra direção.

Se pagar sua dívida em barris de petróleo e houver ainda um





excedente nos seis blocos para leiloar, o potencial de arrecadação para o governo é de dezenas de bilhões de reais. A dúvida é se daria tempo - e se haveria interesse da União - em concretizar os procedimentos preparatórios ainda neste ano ou deixar essas receitas para 2019. Para dar respaldo jurídico a um eventual acordo, depois das discussões técnicas, ainda seria necessário projeto de lei ou medida provisória para encaminhar uma solução. Hoje a Lei 12.276 só prevê pagamento da União em dinheiro.

Questionado ontem, após reunião no Ministério da Fazenda, Parente afirmou que a expectativa é fechar ainda neste ano um acordo com o governo sobre a revisão da cessão onerosa. "Se depender da Petrobras, com certeza [pode sair em 2018]", observou o executivo. Ele reiterou ainda sua "convicção" de que a empresa petrolífera tem recursos a receber.

"Eu fui informado que o governo está para editar uma portaria compondo sua comissão que estabelece um prazo de 60 dias para o desfecho [das discussões]. Se for menos do que isso, até melhor. A Petrobras está preparada para fazer essa discussão o mais cedo possível. Para começar imediatamente e

terminar o mais rápido possível", acrescentou Parente.

A Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) contrataram certificadoras internacionais independentes para fazer estudos sobre os volumes e valores das reservas na área da cessão onerosa. Os cálculos não coincidem. Além disso, o contrato dá margem a interpretações diferentes, dependendo de quando se considera a declaração de comercialidade da área (para cada campo individualmente ou apenas o último).

Parente também foi ao Tribunal de Contas da União (TCU) para falar sobre o acordo com acionistas minoritários nos Estados Unidos. Segundo ele, a reunião foi para "esclarecimentos" e não houve "aprovação nem contrariedade" por parte do tribunal.

Ele disse não haver "disposição" para celebrar novos acordos do tipo. "Não foi um gesto voluntário, fomos obrigados a fazer isso. A Petrobras se viu numa situação em que era melhor fazer um acordo do que prosseguir na confrontação, que podia levar a um julgamento, com riscos maiores." (Colaborou Fabio Graner, de Brasília)

Cenário global positivo reforça projeções de retomada no país

Por Arícia Martins | De São Paulo

O otimismo generalizado com a economia global vai ajudar a atividade no Brasil e reforça as projeções de recuperação para este ano. Segundo economistas, o cenário externo positivo e a onda de euforia nas bolsas mundiais são um impulso não só às exportações, que vão se beneficiar dos preços maiores de commodities, mas principalmente às condições financeiras, que, em nível expansionista, permitem desempenho mais forte do consumo.

Calculado pelo UBS, o Índice de Condições Financeiras (ICF) agrega nove índices: bolsa em termos reais, câmbio real, índice de volatilidade (VIX), juros longos e curtos (de cinco anos e um ano), expectativas de inflação, agregados monetários, empréstimos do sistema financeiro e investimentos estrangeiros diretos no país (IDP).

O indicador entrou em terreno neutro em dezembro do ano passado e passou para 0,1 em janeiro. Segundo o economista Fabio

Ramos, o ICF está refletindo o momento positivo da economia global e costuma antecipar a tendência dos indicadores reais de atividade em cerca de dois a quatro meses. Em seus cálculos, nos níveis atuais, o ICF aponta para expansão de 4% do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), na comparação com igual período do ano anterior, no segundo trimestre de 2018.

Assim, a onda de euforia nas bolsas mundiais, ancorada nas expectativas de que o crescimento global será maior do que o previsto atualmente, reforça a projeção de que a economia brasileira vai avançar 3,1% este ano, diz Ramos. "E começa a sugerir que o crescimento pode ser um pouco maior do que isso."

Na ponta mais otimista do mercado, Cristiano Oliveira, do banco Fibra, estima que o Produto Interno Bruto (PIB) vai crescer entre 3,8% e 4,1% em 2018, previsão que, de acordo com ele, já embute a ajuda das exportações à atividade.

O crescimento sincronizado de economias desenvolvidas e emergentes vai contribuir para a aceleração do comércio mundial, o que favorece a alta dos preços de commodities e, portanto, dos termos de troca, diz. "Historicamente, o Brasil cresce em períodos que o comércio internacional aumenta."

A contribuição das exportações, já líquida das importações, deve ser levemente negativa para o PIB brasileiro este ano, pondera o economista, porque a recuperação doméstica vai aumentar o volume de compras do exterior. Além disso, no ano passado, a ajuda do setor externo ao PIB foi atipicamente elevada devido às safras recorde, que também são em parte exportadas.

Mesmo assim, diz, o crescimento brasileiro será favorecido pelas exportações em 2018. A incerteza gerada pelas eleições presidenciais poderia limitar esse efeito positivo, afirma Oliveira, mas isso não está acontecendo. "O canal de transmissão seria o risco-país, que





atualmente está no menor patamar dos últimos anos", afirmou.

Para Livio Ribeiro, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), a maré favorável do setor externo está ajudando a controlar a percepção do mercado sobre as incertezas domésticas, como as dúvidas sobre a Previdência. Com a calmaria na taxa de câmbio, na bolsa e nos preços de ativos, o senso de urgência em relação à reforma diminui, avalia Ribeiro.

Segundo o pesquisador, a principal ajuda do setor externo à economia brasileira não vem do canal de exportações - que representam apenas 12,4% do PIB - mas sim do "efeito riqueza" gerado pela

valorização de ativos. Um mundo com crescimento elevado, juros e inflação em patamar baixo é um "vento de cauda" relevante para a atividade doméstica, comenta. "Não há pressão de preços lá fora e os juros mais baixos ajudam a disciplinar a taxa de câmbio."

O dólar mais baixo funciona como um impulso à demanda das famílias, diz Ramos, do UBS, via aumento da confiança e também redução dos preços de bens e alimentos derivados de commodities. Também há incentivo aos investimentos, já que máquinas e equipamentos importados ficam mais baratos. "O dinheiro proveniente das exportações também circula na economia."

Sinal positivo

Desempenho das condições financeiras X IBC-Br



Fontes: BC e UBS. *Na comparação com igual mês do ano anterior

Bom desempenho mundial está na conta do governo e risco é reversão do humor

Por Fabio Graner | Brasília

O bom desempenho da economia mundial já está incorporado às projeções de crescimento mais acelerado do PIB brasileiro neste ano, incluindo o número oficial de 3% de expansão anunciado no fim de 2017. Na verdade, o cenário externo hoje é tratado como um risco negativo para a atividade econômica doméstica, caso se materializem eventos como uma alta dos juros americanos acima do esperado pelos mercados.

A leitura de técnicos do governo é que a euforia em torno do crescimento sincronizado de países avançados e emergentes já vem se observando há cerca de seis meses e, por isso, boa parte dos analistas, dentro e fora do governo, tem procurado entender o que tem ou não fundamento nesse fenômeno.

Para um interlocutor do governo, a forte liquidez no mundo foi decisiva para essa rodada de expansão econômica. A fonte destaca que mesmo com recentes elevações de

juros nos Estados Unidos, o processo é gradual e o mundo vive uma fase de taxas historicamente baixas tanto em países emergentes como avançados, favorecendo o desempenho positivo. Lembra ainda que a Europa finalmente ganhou tração, ajudando o ambiente econômico.

Outra fonte comenta que, de um lado, há fatores reais que sustentam a alta das bolsas no planeta: o crescimento forte de várias economias, sem pressão inflacionária e sem excesso de alavancagem de famílias e empresas. Lembra ainda que nos anos 90, outro período favorável para o mundo, os analistas só perceberam a posteriori que havia ganhos relevantes de produtividade não mapeados naquele momento impulsionando a economia. E isto não pode ser descartado no atual ciclo.

Por outro lado, esse mesmo interlocutor lembra que há indicadores como o Shiller CAPE (que avalia a relação entre preço de ações e ganhos das empresas, com ajuste ao ciclo econômico) que

apontariam que a bolsa americana já estaria com sobrepreço, indicando algum exagero. Também menciona o posicionamento de investidores especulativos relevantes já apostando em alta de juros pelo Federal Reserve (Fed) acima do que o mercado projeta.

Na prática, o risco é que haja uma surpresa inflacionária nos Estados Unidos que faça o Fed promover uma alta "abrupta" dos juros. Isso, além de desacelerar o crescimento daquele país prejudicando todo mundo, pode gerar uma atração forte de capitais para os EUA, pressionando as taxas de câmbio e contaminando economias como a do Brasil.

Apesar de haver temor, o grau de preocupação ainda não parece alto no governo. Isso porque o risco, como já estaria mapeado inclusive com especuladores relevantes já apostando nisso, a confirmação do evento teria menos impacto. "O risco maior é quando não está mapeado", comenta uma fonte.

Governo decide liberar R\$ 420 milhões para as áreas de saúde e educação do RN

Por Cristiane Bonfanti, Andrea Jubé e Edna Simão | De Brasília

O governo concluiu um plano emergencial para liberar R\$ 420 milhões para saúde e educação do Rio Grande do Norte. Segundo fontes do governo, o dinheiro será liberado por meio de convênios e programas já existentes no governo federal. A ideia é que os recursos sejam aplicados de acordo com o objetivo de cada programa e, com isso, o governo potiguar tenha folga fiscal para remanejar verbas e pagar servidores.

Além disso, até o dia 25 deste mês, a comissão que estuda a situação fiscal do Estado vai concluir um parecer com propostas de curto, médio e longo prazo para resolver a crise fiscal.

Depois de participar de reunião no Palácio do Planalto, o presidente do Democratas, senador José Agripino (RN), disse que se trata de

uma solução emergencial. O senador disse que a transferência pode ocorrer numa modalidade semelhante à liberação de R\$ 180 milhões, por parte do Ministério da Saúde, para o Estado, no fim de 2017.

Ontem, o presidente Michel Temer reuniu-se com a bancada do Rio Grande do Norte e com os ministros Henrique Meirelles (Fazenda), Dyogo Oliveira (Planejamento), Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência da República) para tratar do assunto. Também participaram das conversas o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, e o governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria (PSD).

O governo federal busca uma solução para socorrer o Rio Grande do Norte, que, além de uma crise na segurança pública, atravessa grave crise financeira. O governo potiguar precisa de recursos para depositar os salários de dezembro e o 13º dos

servidores. Na semana passada, a Polícia Militar do Estado encerrou uma greve de 22 dias, depois de o governo se comprometer a pagar os salários. As demais categorias, no entanto, aguardam uma resposta. Os servidores da saúde estão em greve há dois meses.

Uma alternativa em análise pela equipe econômica seria um empréstimo dos bancos públicos ao Rio Grande do Norte, uma vez que o Estado não tem problema de excesso de dívida pública e tem nota B na classificação do Tesouro Nacional, o que permite esse tipo de operação. Outra saída seria justamente o uso de programas federais.

O governo federal desistiu da ideia de editar uma medida provisória para repassar R\$ 600 milhões ao Estado após o Tribunal de Contas da União (TCU) apontar que a MP, ao alocar recursos para o pagamento de pessoal, violaria a lei.

Proposta de Segovia cria força extra de nível médio na PF

Nova carreira cuidaria de tarefas consideradas de menor complexidade, como vigilância de presos e segurança do patrimônio

RUBENS VALENTE - DE BRASÍLIA

O diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia, apresentou nesta terça-feira (16) a associações e sindicatos de policiais federais um projeto administrativo que pretende reestruturar o órgão e criar nova carreira formada por policiais de nível educacional médio para funções tidas de menor complexidade, como segurança de patrimônio e patrulhamento.

Hoje as carreiras na PF só podem ser ocupadas por servidores de nível superior.

Antes de se tornar lei, a proposta teria que ser aprovada por Ministério da Justiça, Palácio do Planalto e Congresso Nacional. A Folha apurou que o presidente Michel Temer deu sinal verde ao andamento da proposta.

Ao assumir esses papéis como

vigilância de presos e segurança patrimonial, hoje exercidos por servidores de nível superior, a nova carreira liberaria grande contingente de policiais para assumir papel mais ativo em investigações sobre crimes federais. O número de policiais de nível médio ainda não está definido.

As atuais carreiras da PF são de delegados, peritos criminais, agentes, escrivães e papiloscopistas. As entidades representativas dos servidores irão analisar as propostas. O comando da PF quer aprovar as alterações até meados do ano, o que permitiria lançar em 2019 os primeiros concursos públicos para a formação da nova carreira.

Os detalhes foram explicados às entidades pelo delegado Delano Cerqueira Bunn, que foi coordenador de recursos humanos da PF até 2015 e hoje é superintendente regional da PF no Ceará. Durante três anos ele atuou na formatação de uma proposta, ainda na gestão do ex-diretor Leandro Daiello Coimbra, mas a ideia não foi tomada lei.

Segundo Bunn, o projeto incorpora estudos comparativos com

policiais federais de 13 países e reuniões com técnicos do Ministério do Planejamento e do TCU (Tribunal de Contas da União). Sobre a nova carreira, disse que a força extra "atenderia às necessidades de ordem prática que a instituição não pode deixar de ter".

"Há mais de dez anos o número de policiais federais tem se mantido praticamente o mesmo [cerca de 11 mil], enquanto as demandas são cada vez mais frequentes. A Polícia Federal precisa crescer, mas crescer da forma correta", disse Bunn à Folha.

O presidente da ADPF (Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal), Edvandir Paiva, disse que não há opinião formada sobre a proposta porque ela deverá ser avaliada pela categoria nos próximos dias. "Era um projeto que, em linhas gerais, vinha desde 2015.0 ambiente da reunião foi tranquilo." Luís Antônio Boudens, presidente da Fenapef (Federação Nacional dos Policiais Federais), viu o projeto de maneira positiva. "Pelo que vimos, vai melhorar. Vai trazer mais segurança jurídica e maior motivação interna."

Governo vai liberar R\$ 420 milhões para o Rio Grande do Norte

Recursos não poderão ser usados para bancar despesas com pessoal – hoje, o maior problema do Estado

Idiana Tomazelli

Depois de negar um socorro de R\$ 600 milhões ao Rio Grande do Norte, que seria usado para pagar salários atrasados, o governo federal acertou ontem um repasse de R\$ 420 milhões para bancar programas nas áreas de saúde e segurança no Estado, que enfrenta grave crise financeira.

Segundo o Ministério da Fazenda, os recursos serão enviados por meio de convênios e programas já existentes no Orçamento federal ou por meio de suplementação. O dinheiro será carimbado e só poderá ser usado para as destinações específicas – ou seja, não poderá bancar despesas com pessoal.

Apesar do aceno positivo, a avaliação do deputado Fabio Faria (PSD-RN) é que a ajuda não é suficiente para fazer frente ao principal problema do Rio Grande do Norte, que é o pagamento da folha de pessoal. O parlamentar é filho do governador do Estado, Robinson Faria, e tem sido um dos principais interlocutores das negociações de socorro. “Isso não alivia”, disse o deputado. O repasse que será feito, segundo ele, é uma “ajuda normal de convênio”.

O deputado afirmou ainda que o governo estadual vai aguardar a conclusão da missão técnica enviada pelo Tesouro para analisar o quadro financeiro do Estado para então discutir outras medidas. O objetivo é equilibrar o custeio da folha.

O acordo em torno do repasse foi firmado em reunião com o

presidente Michel Temer, os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, do Planejamento, Dyogo Oliveira, e da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, o governador Robinson Faria e os deputados da bancada estadual.

A liberação do dinheiro não deve ser imediata, pois os repasses de convênios seguem um trâmite processual próprio, mas o governo destacou que vai “empreender esforços” pela liberação.

A medida é uma alternativa de alívio financeiro ao Rio Grande do Norte, que teve o pedido de socorro negado pelo Ministério da Fazenda após o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) alertar que o repasse poderia configurar crime de responsabilidade, como antecipou o Estadão / Broadcast.

Uma chance para o Legislativo

Há muitas formas de ver o novo rebaixamento da nota de crédito do Brasil dada pela Standard & Poor's (S&P). A que melhor serve aos interesses nacionais, sem dúvida, é encará-lo como mais um importante chamamento ao dever àqueles sobre os quais recai a enorme responsabilidade de zelar pela estabilidade do País.

O presidente Michel Temer se reuniu no domingo passado com os ministros Henrique Meirelles (Fazenda), Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) e Torquato Jardim (Justiça), além de Gustavo do Vale Rocha, subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, para discutir os desdobramentos econômicos da piora do rating brasileiro e traçar um plano de ação do governo para viabilizar a aprovação, no Congresso Nacional, da PEC 287/2016, que trata da reforma da Previdência, cuja votação é prevista para 19 de fevereiro na Câmara dos Deputados.

O adiamento da votação da reforma da Previdência, que era para ter ocorrido no final do mês passado, foi uma das principais razões citadas pela agência de classificação de risco para rebaixar a nota de crédito do Brasil de BB para BB-, três níveis abaixo do patamar mínimo para obtenção do grau de investimento.

Não é difícil acompanhar a lógica por trás da decisão da S&P. A reforma da Previdência é uma medida indispensável para garantir a solvência do País nos próximos anos, criando, assim, o ambiente de segurança e previsibilidade que é fundamental para a atração de investimentos. A rigidez das despesas obrigatórias previstas no Orçamento da União, aliada à saudável imposição de um teto constitucional para os gastos públicos, deixará pouca margem de manobra para o governo central gerir bem as contas públicas caso as distorções do atual sistema previdenciário não sejam corrigidas. Cabe lembrar que só a Previdência compromete 57% das despesas da União, segundo dados do Ministério do Planejamento.

O desequilíbrio demográfico registrado no País nos últimos anos projeta um crescimento insustentável dos gastos com a Previdência, que hoje já se aproxima

perigosamente do colapso. O sistema brasileiro é do tipo contributivo, ou seja, as contribuições dos trabalhadores em idade economicamente ativa sustentam o pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas. O aumento da expectativa de vida, aliado à redução da taxa de fecundidade, acionou a bomba-relógio fiscal que, entre outros fatores, contribuiu decisivamente para a queda da confiança nos investimentos a serem feitos no País.

Em Nova York, Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, foi ambíguo ao afirmar que é "viável" votar a reforma no mês que vem, mas que considera difícil obter quórum para sua aprovação. "Muitos deputados, em ano eleitoral, se não tiverem muita clareza de que há base sólida para aprovação, acabam não votando, nem vão aparecer no dia da votação", disse. Como Maia já havia afirmado que não iria pautar o projeto sem uma base sólida que garantisse sua aprovação, fica difícil entender sua mensagem.

Sem ambiguidade alguma, no entanto, foi a declaração do deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), para quem "a classificação de risco que importa aos deputados é o risco eleitoral".

Se, de fato, é este o espírito que hoje anima os deputados, o País corre o sério risco de sofrer novos rebaixamentos e com eles toda a sorte de percalços na penosa – porém inarredável – missão de recuperar o Brasil dos desvarios dos governos lulopetistas.

O suposto risco eleitoral que correriam os deputados dispostos a votar a favor da reforma da Previdência é nada menos que uma falácia já sobejamente desmentida por estudos estatísticos que tiveram por base eleições passadas, com destaque para um recente levantamento feito pelo consultor legislativo do Senado Pedro Fernando Nery, publicado pela Coluna do Estadão.

O Poder Legislativo tem diante de si uma valiosa oportunidade para atenuar o desgaste de sua imagem perante a opinião pública. Ao votarem pensando no que é melhor para o País, que é o que deles se espera, os deputados poderão ser vistos, enfim, como esteios da responsabilidade.